

Aprender a comer, comendo: análise sócio-histórica de cartilhas sobre educação alimentar e nutricional, 1938-1946

Tiago Bastos*

José Arimatea Barros Bezerra**

Resumo: O artigo se apresenta como um estudo sócio-histórico de cartilhas sobre educação alimentar e nutricional, publicadas no Brasil entre 1938 e 1946. Analisam-se concepções de alimento, de comida, de educação alimentar, bem como sua relação com as ideias sociais, políticas e educacionais da época. Considerando essas cartilhas como estratégias de difusão do saber em alimentação e nutrição que emergia na época, quatro exemplares foram analisados com base na teoria da ação social e na hermenêutica da profundidade. Concluiu-se que tais obras tinham finalidade intervencionista, higiênica, eugênica e desenvolvimentista e que o pressuposto predominante era aprender a fazer fazendo, ou aprender a comer comendo, segundo princípios da Escola Nova, embora as indicações práticas se baseassem em princípios da pedagogia tradicional.

Palavras-chaves: cartilhas, educação alimentar e nutricional, campo de saber, Escola Nova, ideias educacionais.

* Graduado em Educação Física - UFC; Mestre em Educação Brasileira – UFC. Professor da rede Estadual de Ensino do Ceará. E-mail: tiago_ufc1@hotmail.com.

* Professor Associado da Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação. E-mail: ja.bezerra@uol.com.br.

A social-historical study on brochures featuring food and nutrition education (1938-1946)

Tiago Bastos
José Arimatea Barros Bezerra

Abstract: A social-historical study of brochures about food and nutrition education, which were published in Brazil between 1938 and 1946, is provided. Food, meals, feeding education and their relationship with social, political and educational ideas of the period are investigated. Since the above-mentioned brochures were diffusion strategies on feeding and nutrition knowledge current at that time, an analysis of four brochure copies was undertaken based on the theory of social action and depth hermeneutics. Results showed that the brochures featured interventionist, hygienic, eugenic and developmental purposes. The predominant idea was learning by doing. In other words, following the principles of the New School, one had to learn manners in eating by eating, even though practical instructions were based on traditional pedagogy principles.

Keywords: brochures, food and nutritional education, field of knowledge, New School, educational ideas.

Aprender a comer, comiendo: análisis socio histórico de cuadernos sobre educación alimentaria y nutricional, 1938-1946

Tiago Bastos
José Arimatea Barros Bezerra

Resumen: El artículo se presenta como un estudio socio histórico de cuadernos sobre la educación alimentaria y nutricional, publicados en Brasil entre 1938 y 1946. Se analizan las concepciones de alimentos, comida, educación alimentaria, así como su relación con las ideas sociales, políticas y educacionales de la época. Teniendo en cuenta estos cuadernos como estrategias de difusión del conocimiento en alimentación y nutrición que emergía en la época, cuatro ejemplares fueron analizados con base en la teoría de la acción social y en la hermenéutica de la profundidad. Se concluyó que tales obras tenían una finalidad intervencionista, higiénica, eugénica y desarrollista y que el presupuesto predominante era aprender a hacer haciendo, o aprender a comer comiendo, según principios de la Escuela Nueva, aunque las indicaciones prácticas se basaran en principios de la pedagogía tradicional.

Palabras clave: cuadernos, educación alimentaria y nutricional, campo de saber, Escuela Nueva, ideas educacionales.

Introdução

Neste artigo, apresentam-se os resultados de uma análise sócio-histórica de cartilhas destinadas à educação alimentar e nutricional publicadas nas décadas de 1930 e 1940, ou seja, na fase de emergência desse saber no Brasil. O estudo de Vasconcelos (2007) mostra que essa temática fora objeto de teses na medicina e em outras áreas acadêmicas desde meados do século XIX, nas quais se buscava estabelecer uma relação de causa e efeito entre o precário regime alimentar brasileiro e as endemias, as enfermidades e os problemas físicos e sociais. Mesmo sem a intenção de instaurar bases conceituais e de método, a existência dessas cartilhas evidencia que, do ponto de vista acadêmico, cuidados com a alimentação e nutrição do brasileiro começaram a ser esboçados nessa época.

Segundo Bezerra (2012), durante as primeiras décadas do século XX, estudos sobre alimentação ganharam destaque mundial. Ao manifestar a indispensabilidade de tratar a temática de maneira científica, tais estudos visavam o atendimento às necessidades biológicas dos indivíduos e, ao mesmo tempo, a racionalidade da produção, da conservação, do transporte, do consumo. No Brasil, foram desenvolvidas análises das práticas alimentares da população, tendo em vista o desenvolvimento social e econômico do país, a racionalidade alimentar e a tese da ignorância alimentar¹. Tais trabalhos tinham como objetivos caracterizar as práticas alimentares da população, verificar suas consequências para o desenvolvimento socioeconômico da nação, elaborar um diagnóstico para os problemas delas decorrentes e prescrever ações de solução. No período de 1934 a 1941, de acordo com o autor, aumentou significativamente o número de produções nacionais, pesquisas e discussões teórico-metodológicas a respeito do tema. Nesse momento de aumento das publicações nacionais sobre alimentação em termos de

¹ Nessa época, entre os estudiosos das questões alimentares, como Gilberto Freyre, em *Casa grande & senzala* (1936), *Sobrados e mucambos* (1936); Alexandre Moscoso, em *Alimentação do trabalhador* (1939); Josué de Castro, em *Problema da alimentação no Brasil* (1933) e *Ensaio de geografia humana* (1957); Rui Coutinho, em *Valor social da alimentação* (1937); Dante Costa, em *Bases da alimentação racional* (1938), havia um consenso de que os grandes fatores da má alimentação do brasileiro em geral estavam ligados à ignorância alimentar e à miséria da população.

pesquisa científica, lançaram-se as bases desse conhecimento e de sua aplicação prática.

Considerando o contexto, este estudo tem como objetivo principal identificar a concepção de alimento e de educação alimentar, bem como os conceitos de comida, alimentação e nutrição apresentados em tais obras. Verifica-se também como, de forma manifesta ou latente, nelas estão expressos conteúdos de natureza política, de controle social e moral. O trabalho de pesquisa foi orientado pelos seguintes questionamentos. Que recursos, regras e convenções são empregados pelos autores para a compreensão e a apropriação dos conteúdos pelo público? Para quem falam os autores (pessoas, grupos sociais)? Que condições seriam exigidas dos destinatários para a compreensão das mensagens e para sua incorporação à vida cotidiana? Como ocorria a difusão desses conhecimentos via tais instrumentos pretensamente didáticos? Qual a influência dos movimentos educacionais de referência na época em seus textos?

Foi utilizado como referencial metodológico a Sociologia de Pierre Bourdieu (1998). Problematicam-se aspectos da gênese social do saber referente à alimentação e à nutrição nas fases de emergência, de divulgação e de aplicação prática desses saberes. Busca-se também apreender o movimento desse campo, com recorte temporal definido, anos de 1938 a 1946, com foco na especificidade e nas estratégias adotadas em sua busca de sua autonomia.

A gênese de um campo de saber refere-se ao movimento inicial de sua constituição como área de conhecimento, quando se desenvolvem estratégias para fixar suas bases, em sua especificidade, estabelecendo seus limites, seu arcabouço teórico-metodológico e sua aplicação. Em geral, representa um momento de ruptura com modelos anteriores de análise e interpretação de fenômenos e/ou problemáticas a que se refere. Desencadeiam-se ações estratégicas com as finalidades de depuração, de legitimação social e estabelecimento de estruturas constitutivas do campo. A depuração é uma busca da distinção, de formas de pensar e agir específicas, de autonomização; busca da ‘quintessência’ que o define (o saber) de modo exclusivo. A legitimação social envolve ações visando à criação de representações favoráveis a sua essência, sua indispensabilidade e aplicação social. O estabelecimento de estruturas constitutivas do campo se relaciona com os

espaços sociais definidos pelas fronteiras da crença que o move e uma estrutura de poder, hierarquicamente definida em função do *quantum* de capital social específico que cada agente ou grupo de agentes detém. Espaços, estrutura hierárquica e lutas pelo poder manifestam-se por meio de um poder simbólico que se mantém e se legitima sem questionamentos, movido pela crença que se ali defende; ou seja, internamente, marca-se pela luta pelo poder, uma homologia funcional e estrutural de todos os campos; contudo, uma luta que não visa a alterar suas estruturas constitutivas, porém o domínio e o controle das posições mais elevadas e do saber ou crença que ali se professa (Bourdieu, 1998, p. 70, grifo do autor).

Esse referencial definiu a abordagem do objeto, bem como os contornos e os limites da análise. Nesse sentido, as cartilhas foram consideradas como uma estratégia do campo de saber em alimentação e nutrição para difundir noções de educação alimentar e nutricional.

Para a análise dos dados, o referencial metodológico foi a “[...] hermenêutica da profundidade [...]”, desenvolvida por Thompson (1990, p. 355). Por meio dela, foi possível evidenciar que o objeto de análise, no caso, o discurso presente nas publicações, é uma construção simbólica significativa que exige uma interpretação. Trata-se de uma metodologia de interpretação de formas simbólicas, concebidas como “[...] construções significativas (ações, falas, textos, etc.) que tipicamente representam algo, dizem alguma coisa sobre algo” (Thompson, 1990, p. 355). Neste estudo, representam o saber do médico, do nutrólogo, sobre alimentação e nutrição.

Embora existam alguns usuários da análise formal ou discursiva que dizem não fazer nada mais que análise, que afirmam reunir as formas simbólicas ou discursivas num conjunto de elementos e suas inter-relações (e nada mais), essa afirmativa pode representar quando muito um enfoque parcial ao estudo das formas simbólicas ou discursivas. Por mais rigorosos e sistemáticos que os métodos da análise formal ou discursiva possam ser, eles não podem abolir a necessidade de uma construção criativa do significado, isto é, de uma explicação interpretativa do que está sendo representado ou do que é dito. (Thompson, 1990, p. 357).

Considerando essa definição mais ampla de abordagem e de definição do objeto, a análise das cartilhas se deu de maneira relacional, de forma a se verificar as convergências e as divergências entre os autores, bem como os determinantes sociais e históricos da emergência do saber em alimentação e nutrição no Brasil. Tais cartilhas foram problematizadas, considerando-se singularidades, homologias e heteronímias. Detalhes de discurso foram analisados de forma relacional com a mesma finalidade, já que as semelhanças e as diferenças/divergências entre os pensamentos e as reflexões propostas pelos autores em seus discursos/narrativas têm a ver com o contexto social e histórico.

O objetivo geral foi o de verificar como se organizaram, foram sistematizadas e se concretizaram as narrativas ao longo das cartilhas. Importante destacar que a projeção do possível significado interpretado nesse estudo pode divergir do sentido construído naquele momento pelos autores e destinatários.

Com a interpretação ou reinterpretação das cartilhas busca-se mostrar como, em determinada circunstância social e histórica, o sentido que é mobilizado por esse objetoserve para manter a posse, a execução e o reforço do poder, ou seja, seu estudo indica como se constituem, são mantidas e sustentadas as relações de poder em circulação no campo social.

Por se tratar de um estudo sócio-histórico sobre alimentação, é fundamental analisar, da ótica da História e da Antropologia, as concepções de alimentação, comida e alimento, tendo em vista a necessidade da apropriação de conceitos e categorias.

Segundo Santos (2005, p. 15), a alimentação é “[...] um gênero de fronteira que se verifica no cruzamento do biológico com o cultural e o histórico, do social e do político, da economia e das tecnologias”. O referido autor estabelece a diferença entre alimentar-se e comer: alimentar-se é um ato nutricional; comer é um ato social, constituído por atitudes ligadas a usos, costumes protocolos, condutas e situações. Ele considera o alimento como “[...] uma categoria histórica, pois os padrões de permanência e mudança dos hábitos e práticas alimentares têm referência na própria dinâmica social [...]”, pois “[...] nenhum alimento que entra em nossas bocas é neutro” (Santos, 2005, p. 12).

Assim, o alimento se refere a um “[...] conjunto de substâncias que uma pessoa ou grupo costuma ingerir, implicando a produção e o

consumo, técnicas e formas de aprovisionamento, de transformação e de ingestão de alimentos” (Maciel, 2004, p. 26).

Damatta, (1997, p. 51) compreende a comida como “[...] um importante código de expressão da sociedade brasileira, tanto quanto a política, a economia, a família, o espaço e o tempo [...]”, relacionando-a com “[...] escolhas feitas dentro desse universo, guiadas pelo prazer e por normas de comunhão e comensalidade”.

Visando entender o desencadeamento de condições favoráveis à publicação de cartilhas destinadas à educação alimentar no momento de emergência do saber em alimentação e nutrição no Brasil, décadas de 1930 e 1940, analisam-se a seguir os aspectos históricos, sociais, políticos, econômicos e educacionais, mediatos e imediatos, que caracterizaram aquele período histórico e tiveram alguma influência na adoção de medidas de educação alimentar.

Condições sociais, históricas e políticas do Brasil à época da produção, circulação e recepção das cartilhas de educação alimentar e nutricional

O Brasil, no século XIX, foi marcado por várias tentativas de crescimento do setor industrial, mas somente a partir da década de 1910 é que esse setor começou a se desenvolver, influenciado fortemente pelos resultados da produção e comércio do café que levou à expansão do mercado interno. Em razão das mudanças no mercado de trabalho e nas relações trabalhistas, a imigração se apresentou como uma nova modalidade de força de trabalho e um elemento significativo para a economia.

Na década de 1920, o Brasil esteve envolvido em um clima de efervescência ideológica e de inquietação social: maior grau de perturbação provocado pelas campanhas presidenciais; alastramento das incursões armadas; lutas reivindicatórias do operariado; pressões da burguesia industrial; medidas de restrição na Revisão Constitucional de 1926; desencadeamento do movimento revolucionário vitorioso de outubro de 1930. De acordo com Nagle (2001), nessa década, desencadearam-se várias discussões e diversas reformas na escolarização, inspiradas principalmente pelas ideias da Escola Nova.

No campo político, a Primeira República foi marcada pela centralidade incontestável do poder do coronelismo, que, mesmo com o

advento do regime republicano, não teve sua estrutura abalada, chegando ao seu ápice com a política dos estados.

Com o rompimento dos compromissos de revezamento de presidentes entre São Paulo e Minas Gerais, surgiu, como forma de reação, a Aliança Liberal, que lançou Getúlio Vargas à presidência e ascendeu vitoriosa ao poder pela força das armas. Pode-se dizer que Vargas planejou ações de natureza social que garantissem ao povo diversas vantagens. O governo assumiu um caráter paternalista, centralizador e autoritário, marcado por um idealismo educacional de transformação social.

Com a posse do Governo Provisório, foi providenciada imediatamente a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública e Francisco Campos, um dos integrantes do movimento da Escola Nova, foi indicado a ocupar o cargo daquela pasta. O propósito do governo era organizar a educação escolar, de forma a suprir a demanda por mão de obra escolarizada: seria ofertado o nível primário para os trabalhadores e operários e o nível médio e superior para os cargos de controle e supervisão industrial. Outra meta desse ministério era estabelecer as condições mínimas de assistência à saúde do trabalhador, do operário industrial, tendo em vista sua produtividade, sua manutenção e sua integridade física (Bezerra, 2009).

Nesse período, no Brasil, teve início o estabelecimento do modelo socioeconômico de substituição das importações e do modelo político nacional-desenvolvimentista. Buscaram-se estabelecer as bases e a infraestrutura necessárias para impulsionar o processo de industrialização. A política, marcada por uma ideologia nacional-desenvolvimentista, levava o Estado a interferir nos planos econômico e social, tendo em vista a formação da nacionalidade brasileira e de uma mão de obra que fosse escolarizada, produtiva e saudável.

Era crescente a preocupação com a constituição da nação, o que levava à discussão sobre o caráter da civilização brasileira. Dentre as teorias que influenciavam essas discussões, estavam o higienismo e a eugenia. Assim, teorias raciais europeias serviam ao intuito de constituir uma civilização que levasse à superação da miscigenação, da inferioridade e da pouca produtividade do brasileiro. O higienismo pretendia ordenar os espaços urbanos e rurais; a eugenia, desenvolver ações com foco na resistência biológica, no aperfeiçoamento da raça e no disciplinamento do corpo para maior desempenho no sistema produtivo.

Havia uma preocupação com o atraso e com o retardamento econômico e social do país e com formas de alavancar o processo de desenvolvimento e de modernização. Almejava-se uma transformação cultural complexa da população, de maneira a ajustá-la às exigências que se faziam presentes no país que rapidamente se modernizava. Tal política nacional desenvolvimentista oportunizou a interferência do Estado nos planos econômicos e sociais. Tendenciosamente, a meta era formar uma nacionalidade saudável e produtiva.

Além de consideraras condições e circunstâncias sociais e históricas de produção das cartilhas, mediatas e imediatas, que caracterizaram aquele período e contribuíram para a formação da sociedade brasileira, julga-se necessário refletir sobre a área educacional, considerada responsável pela redenção da pátria e responsabilizada diretamente pela constituição da nacionalidade brasileira.

A educação como meio de redenção social e política

No Brasil, nas primeiras décadas do século XX, as condições políticas, econômicas e culturais que buscavam novos caminhos colaboraram para o amadurecimento do movimento renovador e das ideias escolanovistas, que passaram a influenciar fortemente os intelectuais brasileiros. Com base na nova formulação doutrinária de escolarização, proposta pelo escolanovismo, propunha-se o caminho a ser seguido pelo novo homem brasileiro.

Atribuía-se um sentido ampliado à educação, que passava a ser concebida para além da escola, como um elemento a serviço da reconstrução moral e social da nação. Esse movimento estava imerso em um ideal burguês de modernização, de progresso do país e de harmonia social. Por isso, algumas ações do Estado sofreram forte influência dessa nova pedagogia.

O Governo de Getúlio Vargas (1930-1945) admitia, inicialmente, que não tinha uma política educacional definida e que esperava que a intelectualidade brasileira delineasse um sentido pedagógico para a revolução de 1930. Desde a década de 1920, vinham sendo organizadas as Conferências Nacionais de Educação no país, as quais eram entendidas como lugar de debates e troca de informações, sobretudo entre intelectuais de expressão no movimento renovador. Nessas conferências, apontavam-se os caminhos que o país deveria seguir para se modernizar.

Em 1932, como resultado da IV Conferência Nacional de Educação, na qual se buscaram discutir as Diretrizes da Educação Nacional, foi publicado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Esse documento fez acirrar a oposição entre os pioneiros progressistas e os católicos conservadores. Os pioneiros defendiam o acesso das classes populares à escola, visando adaptar a política educacional ao desenvolvimento econômico decorrente das novas forças produtivas do país.

No processo, o governo Vargas passou a valorizar o discurso dos renovadores, que foram se instalando progressivamente nos cargos burocráticos do Estado. Essa aproximação teve como fundamento a compreensão do governo de que a questão social devia ser enfatizada, sobretudo, a relacionada ao processo de imigração interna, cujo agravamento levava ao inchamento das maiores cidades da época, notadamente, das capitais de estados. Em decorrência, ressaltava-se a necessidade da criação de escolas técnicas: no campo, escolas técnicas rurais; nas cidades, escolas profissionalizantes para atender às demandas das indústrias e do comércio. O propósito era “[...] firmar o homem com escolas, acalmar o desespero do trabalhador urbano com escolas; mas não qualquer escola, e sim escolas embasadas nos novos métodos e que fornecessem uma profissão ao filho do trabalhador” (Dias & Brandão, 1998, p. 35).

Em 1931, com a finalidade de organizar a educação escolar, foi implantada a Reforma Francisco Campos. Esta, embora buscasse escolarizar, em nível primário, uma grande massa populacional para suprir as necessidades impostas pelo modelo industrial, não obteve êxito, priorizando o ensino secundário e superior. Entre 1942 a 1946, a Reforma Capanema, conhecida como Leis Orgânicas do Ensino, buscou a regulamentação dos ensinos primário e normal, instituindo e legalizando o sistema escolar pela formação propedêutica e geral e o ensino profissionalizante. Nessas duas reformas, buscou-se reorganizar e revigorar o tradicional ensino das elites por meio da oficialização da dualidade educacional, que reproduzia, na estrutura do sistema educacional, a estrutura socioeconômica e política dual.

Dentre as ações educacionais destinadas a atingir a população, tem-se, no campo da saúde e mais especificamente no da alimentação e nutrição, a publicação de cartilhas, cujas finalidade eram a educação alimentar e a difusão dos fundamentos da alimentação científica.

O sentido das cartilhas: narrativas e discursos de doutrinação e intencionalidade

Para fundamentar a análise a ser realizada, é necessário traçar brevemente o percurso histórico das cartilhas como instrumento de aprendizagem, desde os primeiros registros de sua utilização no Brasil, suas principais mudanças e adaptações, as reflexões e críticas de alguns estudiosos do assunto, até seu formato e sua concepção para a alfabetização.

Segundo Cagliari (2010, p. 21), “[...] as cartilhas têm seus primeiros registros no Brasil por volta do século XVI, quando eram consideradas materiais com função e finalidade de subsidiar pessoas a aprenderem a ler e a escrever”.

Para Freitag, Mota e Costa (2010, p. 23) a preocupação do Estado em legislar a criação e a utilização de cartilhas data dos anos de 1930, quando foram apresentadas leis e decretos sobre o assunto. Isso se deveu principalmente à influência da política de educação que ia se instalando no país e adquiria uma natureza cada vez mais progressista e com aspirações científicas.

Dietzsch (1990, p. 42), ao analisar o discurso contido nas cartilhas de alfabetização no período de 1930 a 1970, considera-as como um espaço de muitos sentidos e significados:

Se tudo que se pode falar de uma obra é que nela há texto e que o texto se complementa na leitura e interpretação do leitor, dizer que falta um texto na cartilha, e parar por aí, é tomar a palavra para anunciar um contra-senso. Mas, continuando a conversa, a imagem de insensatez se dilui, no questionamento do que se entende por obra e no sentido do que seja texto. Começando por esse final, faz-se importante compreender que não é feito de uma linha de palavras que liberam uma única mensagem, mas um espaço de dimensões múltiplas, onde se casam e se contestam escritas variadas. É, pois, na tensão do encontro e da dispersão que os sentidos vão sendo construídos pelo leitor.

Dessa perspectiva, as cartilhas deveriam ser situadas e entendidas não somente como objetos materiais, em cujos assuntos, formatos, imagens, quantidade de páginas e capítulos se transmitiria uma mensagem de mão única que iria do autor para o leitor. Os autores, com suas vozes projetadas por meio da escrita, teriam que compactuar com seus leitores, o

que levaria a um redimensionamento das obras e de seu sentido. O leitor deveria ser levado a construir sentidos a partir da leitura e não apenas a atribuir sentidos ao que estaria sendo ensinado.

Cagliari (2010, p. 22) afirma que “[...] a cartilha tem uma obsessão tão forte pela avaliação e a fixação da aprendizagem, que se esquece de ensinar o que os alunos devem aprender”. Nesse sentido, se há aprendizado, isso se deve a fatores que extrapolam as cartilhas, como o bom senso dos professores e a condescendência dos alunos.

Analizando a competência dos livros didáticos, Freitag, Mota e Costa (2010, p. 26) consideram que “[...] tais instrumentos chegariam aos alunos prontos para serem consumidos, mas sem considerar os seus níveis cognitivos, linguísticos e de informação”. O livro didático seria um recurso destinado à transmissão de certos modos de pensar e de agir e, assim, expressaria uma visão de mundo amparada no pensamento de determinado grupo ou classe. Nessa compreensão, seria um veículo de transmissão de conhecimentos e da ideologia burguesa, bem como uma ferramenta de reprodução de uma classe, sobretudo, passiva.

As obras estudadas são consideradas cartilhas por seus autores e editores. No entanto, não é o foco deste artigo analisar a natureza desse material como cartilhas. A análise centrou-se em verificar como se expressam, de forma latente e manifesta, conteúdos relacionados com o aspecto educacional, social, político e econômico da época em que foram publicadas.

Essas cartilhas não tinham a finalidade de alfabetizar. Seu objetivo era instruir parte da população, divulgando conhecimentos sobre alimentação racional e contribuindo assim para a superação do estado de ignorância alimentar em que se encontravam as pessoas, segundo diagnóstico dos nutrólogos.

Cartilhas sobre educação alimentar e nutricional

Neste artigo, considerando o referencial supracitado, são analisadas quatro cartilhas: *Os pequenos fundamentos da boa alimentação*, do médico Thalino Botelho (1938); a *Cartilha de alimentação do Brasil*, do médico Mario Rangel (1938); *ABC da alimentação*, de Orlando Parahym (1943) médico e então Inspetor Sanitário do Departamento de Saúde Pública e Chefe do Posto de Higiene do município de Salgueiro-Pe; e *Cartilha alimentar do homem rural*, do médico Rubens de Siqueira

(1946). Tais obras foram selecionadas para estudo por algumas razões, dentre as quais: sua disponibilidade; o destaque de seus autores como pesquisadores e teóricos sobre alimentação nas décadas de 1930 e 1940; sua qualidade de médicos nutrólogos e sua proposta de realizar educação alimentar da população, tanto a do meio urbano quanto a do meio rural. Ademais, as obras integram um conjunto vasto de publicações, entendidas como estratégias de difusão e de legitimação do saber referente à alimentação e à nutrição no Brasil. Dessa forma, favoreceriam a criação de representações favoráveis à indispensabilidade desse saber em sua aplicação social, notadamente para o desenvolvimento do país e a constituição da nação brasileira.

Os pequenos fundamentos da boa alimentação, 1938

Essa obra de autoria de Thalino Botelho foi premiada pela Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro em 1937 como a melhor cartilha sobre alimentação daquele ano. Sua primeira edição foi publicada em 1938 pelo Serviço Nacional de Educação Sanitária do Ministério da Educação e Saúde.

Botelho (1938) classifica seu trabalho como uma publicação de natureza elementar, de linguagem singela, abrangendo o problema em sua totalidade, considerando as condições de idade, gênero de vida e o meio de cada indivíduo. Seu objetivo seria servir como guia de nutrição para o homem brasileiro normal.

A permanência da população brasileira nos hábitos alimentares decorrentes de vestígios dos costumes luso-africanos é considerada como uma das causas do problema alimentar do povo: “Comemos hoje quase como antigamente. Houve diferenças, é certo. Houve avanços. Mas muito pequenos se compararmos com as revoluções em outras artes ou com o progresso da ciência da nutrição” (Botelho, 1938, p. 5).

O problema alimentar também teria, segundo o autor, relação direta com a falta de educação do povo, pois, mesmo havendo suficiente produção de alimentos no país, a grande maioria da população comia mal: ricos comiam em excesso e pobres não sabiam dar ao seu dinheiro o emprego útil e econômico na compra de alimentos sadios.

A maior parte da população brasileira sofria de déficit nutritivo em razão da má qualidade dos alimentos consumidos, isto é, sofria de uma “[...] sub-fome crônica” (Botelho, 1938, p. 7), cuja deficiência passava despercebida aos olhos de quase toda população, excetuando-se os

estudiosos, principalmente os médicos, que se questionavam sobre o pouco êxito das campanhas de educação alimentar.

Em Botelho (1938, p. 7, grifo do autor) é explícita a concepção de aprender a comer comendo, o que aproxima seu discurso das ideias escolanovistas. Para resolver o problema alimentar brasileiro, ele considera necessárias ações de cunho político, sociopedagógico e educacional, as quais são embasadas por ideias eugênicas, higiênicas e desenvolvimentistas:

I – Criação de refeitórios municipais ou cozinhas ambulantes que atendessem, em particular, às merendas escolares racionais; II – Criação de cooperativas alimentares nas coletividades (escolas, fábricas), de que resultasse o embaratecimento dos gêneros essenciais ou das rações racionais; III – Criação de cozinhas experimentais de que surgisse o emprego econômico de nossos numerosos produtos ainda não utilizados; IV – Criação de cursos, para senhoras, de economia alimentar doméstica; V – Ensino da alimentação racional ao povo, sob forma de verdadeira campanha, pelas suas cátedras que são o jornal, os cartazes, o rádio e o cinema; VI – Ensino de noções elementares de nutrição nas escolas primárias e secundárias; VII – Ensino nas faculdades de Medicina, em cadeira especializada, da ‘Ciência da Nutrição’; VIII – Órgãos de governo que regulassem a distribuição dos alimentos essenciais e facilitassem seu barateamento, em prejuízo econômico de outros alimentos de luxo ou dispensáveis; IX – Órgãos de governo que fiscalizassem as rações em instituições coletivas particulares (sobretudo nos internatos de colégios); x – Órgãos de governo que estudassem racionalmente a questão do salário mínimo, levando em conta o meio ambiente e o número de pessoas da família.

Expõe também ideias e princípios científicos que deveriam ser aprendidos e ensinados pelos leitores (estudantes, professores, trabalhadores, etc.). O povo teria a oportunidade de se educar através dos conselhos, normas, regras e recomendações, pois, alimentando-se corretamente/razionalmente, deixaria de viver indolente, resignado, fadigado e passaria a ser energizado e estimulado a trabalhar, de forma a contribuir para um país melhor, mais produtivo, desenvolvido e economicamente fortalecido.

A alimentação deveria ser suficiente e harmônica (racional), isto é, equilibrada em quantidade e qualidade, adequada aos horários, compreendidas as exceções, bem como exequível de acordo com as possibilidades de cada indivíduo/família.

O autor destaca a importância social da educação: esta deveria estar a serviço da reconstrução moral e social do país, exercendo papel insubstituível no processo de transformação da sociedade. Tal transformação passava pela mudança dos hábitos alimentares do povo, ou seja, o saber alimentar e a educação estariam a serviço do desenvolvimento social, político e biológico da população, do país.

Botelho (1938) apresenta dois defeitos referentes ao desequilíbrio alimentar do povo, explicando-os em termos de fome e subalimentação. Afirma que, no Nordeste, os erros alimentares da população eram de ordem quantitativa global (fome) e teriam como principal fator a organização socioeconômica característica da monocultura da cana-de-açúcar que levava aquelas populações à miséria. Decorreria daí a carência alimentar do povo, o que induzia ao enfraquecimento do capital humano naquela região. Nas regiões consideradas mais favorecidas, Sul e Sudeste, as falhas eram de ordem parcial, caracterizando o estado de subalimentação qualitativa.

Vinculando a grandeza da Nação à alimentação adequada do povo, que deveria racionalizar o consumo de alimentos, seu objetivo era constituir indivíduos educados e mais ativos que contribuiriam para que o país seguisse no rumo do progresso.

Em suma, o autor analisa a situação da alimentação com base em referenciais teóricos e políticos predominantes na época. A educação é concebida como meio de redenção social, cujos princípios deveriam orientar ações de alimentação e nutrição. Ao apontar essa temática como meio de desenvolvimento social e econômico, o autor busca criar e fazer circular representações favoráveis ao campo de saber (Bourdieu, 1998) que ora emergia.

Cartilha de alimentação do Brasil, 1938

Nessa obra, publicada no Rio de Janeiro em 1938 pela Gráfica Irmãos Di Giorgio & Cia, Mário Rangel parte da necessidade de se comer bem, pois “[...] pouca gente sabe comer direito”. Ele aponta “[...] exemplos de conhecimentos populares sobre o que se deve ou não comer, buscando

superá-los, embasado por conhecimentos científicos sobre alimentação” (Rangel, 1938, p. 1) Para ele, a maioria dos brasileiros comeria mal:

O brasileiro pobre come mal porque ganha pouco dinheiro e não sabe empregar direito este dinheiro comprando alimentos baratos e proveitosos. Compra um pouquinho de alimentos caros ou sem vantagem; carne seca ou charque, feijão, farinha de mandioca, etc. E abusa do álcool, tomando a aguardente ou ‘pinga’, que só causa prejuízo à saúde [...] O brasileiro rico também come mal porque não sabe comer. Come demais, sua mesa apresenta sempre 5, 6 e 8 pratos diferentes, muitas carnes pesadas e em conserva, muitos pratos complicados. E bebe vinhos, cervejas e outras bebidas que dificultam a digestão, atacam o organismo. É muito comum nos brasileiros de recursos o aparecimento de doenças do estômago, dos intestinos, dos rins, do fígado, obesidade (gordura excessiva), diabetes (doença em que sai muito açúcar na urina), artrismo ou ácido úrico, e outras (Rangel, 1938, p. 2, grifo do autor).

Alimentar-se bem seria imprescindível para que se tivesse alegria, saúde, disposição, coragem, iniciativa e rendimento no trabalho: “[...] a grandeza de uma Nação depende da alimentação do seu povo” e “[...] o que falta ao brasileiro é boa alimentação” (Rangel, 1938, p. 3).

Para o autor, o Estado brasileiro deveria ensinar as pessoas a selecionar, conservar e preparar os alimentos, tendo como norte um cardápio racional que garantisse o uso adequado do orçamento familiar e, concomitantemente, corrigisse os erros comuns da alimentação.

Rangel (1938) pretendia contribuir para a construção de uma nação que fosse composta por cidadãos fortes e capazes de concretizar o projeto nacionalista do país. Uma das formas seria a definição das bases científicas da racionalidade alimentar no que diz respeito à ração média dos brasileiros.

Ele alertava para necessidade da definição dos padrões alimentares regionais, os quais deveriam ser viabilizados pelo Estado por meio de uma política alimentar nacional. Essa política deveria ter como finalidade não somente a prestação da assistência alimentar ao povo, mas, concomitantemente, o agenciamento das reformas necessárias ao sistema econômico de produção, no que tange à reorientação da política de preços dos alimentos segundo o salário dos trabalhadores. Isto é, o processo de

educação alimentar deveria ser atuante em todas as instâncias, zonas urbanas ou rurais, onde houvesse escolares e trabalhadores.

Ao Estado caberia a tarefa de disponibilizar os meios que garantissem o acesso do trabalhador aos alimentos; ao trabalhador, caberia aprender a comer e, ao mesmo tempo, economizar. Fica evidente que a educação alimentar somente seria útil quando a divulgação do valor dos alimentos estivesse orientada para a racionalização do consumo, o que garantiria o uso correto do orçamento familiar e corrigiria os erros e equívocos alimentares.

Segundo o autor, o médico nutrólogo teria como missão não somente a pesquisa sobre alimentação e a aplicação de inquéritos alimentares, mas também a orientação a respeito da higiene alimentar, a prescrição de dietas e a correção das doenças que estivessem a elas associadas.

Cartilha A.B.C. da alimentação, 1943

Essa cartilha, escrita por Orlando Parahym, então Inspetor Sanitário do Departamento de Saúde Pública e Chefe do Posto de Higiene do município de Salgueiro-Pe, foi publicada em 1943 pelas Oficinas Gráficas do Jornal do Commercio de Recife-Pe.

Em suas “Primeiras Palavras”, Parahym (1943, p. 9) apresenta explicações sobre a cartilha, informando inicialmente que ela tinha sido organizada “[...] sob o mais rigoroso senso científico [...]” e tinha como principal destinatário aqueles que ele considerava como “[...] inteiramente ou quase inteiramente analfabetos nas questões inerentes à ciência de comer e beber”.

Afirma também que a importância dessa cartilha decorria da gravidade daquele momento histórico, que não permitia mais um “[...] estudo pautado apenas por divagações literárias ou aprofundamentos técnicos, visto que seriam inúteis ao alcance do objetivo de instruir à boa alimentação” (Parahym, 1943, p. 10)

Finalizando as “Primeiras Palavras”, Parahym (1943, p. 10) considera que, para que houvesse o entendimento dos estudos a respeito da alimentação dos povos, os aspectos fisiológico, higiênico, econômico e social da questão deveriam estar entrelaçados intimamente e serem influenciados pelo fator educacional.

O estudo experimental dos alimentos tinha como objetivo devolver ao homem brasileiro a qualidade negada pelas teses de que o clima e a raça eram a explicação para sua indolência e baixa produtividade laboral.

Segundo Parahym (1943, p. 23), para que uma ração alimentar fosse considerada científica, racional, deveria ter quatro características bem definidas:

1º) satisfazer as necessidades energéticas do nosso organismo, as quais variam em função do clima, da idade, do tipo de trabalho realizado habitualmente; 2º) conter as cotas ótimas dos minerais de reparação (protídios e sais minerais) e de regulação funcional (vitaminas); 3º manter certa proporção entre contribuições calóricas das diversas categorias alimentares que a compõem: protídios = 1, lipídios = 2, glicídios = 7); 4º) ser adequada às circunstâncias especiais em que se encontra o organismo: fase de crescimento, gravidez, aleitamento, velhice.

Ao especificar as circunstâncias que contribuiriam para a tragédia alimentar e a péssima alimentação do povo brasileiro, ele se fundamentava em resultados de inquéritos alimentares² feitos por estudiosos do assunto³ em diversas regiões do país. Segundo a conclusão dos inquéritos, os brasileiros teriam um “[...] déficit nutritivo crônico, que vai minando o vigor da nossa gente, tentando retardar a marcha do nosso progresso” (Parahym, 1943, p. 28).

2

Os inquéritos alimentares faziam parte de estudos fundamentados na alimentação racional, por meio dos quais se analisava a realidade da alimentação do brasileiro de modo geral e em locais específicos bem como a proposição de intervenções no que diz respeito à educação alimentar. Nesses levantamentos analíticos dos regimes alimentares dos brasileiros, era utilizada metodologia própria: metodologia de orçamento e padrão de consumo alimentar de populações e grupos específicos, como populações urbanas, populações rurais, sertanejos, operários, escolares, militares, dentre outros (Bezerra, 2009).

3

Dentre os estudos realizados, têm-se: Operários do Recife (Josué de Castro), população carioca (Barros Barreto, Almir e Josué de Castro), professores, estudantes e pequenos comerciantes paulistas (Almeida Junior), operários das usinas de açúcar em Pernambuco (Pontual Fiúza), caboclos do Amazonas (Araújo Lima), remeiros do São Francisco (Orlando M. Carvalho), sertanejos pernambucanos (Orlando Parahym).

Com base nos diagnósticos obtidos pelos inquéritos alimentares, ele propunha campanhas e cruzadas alimentares com a finalidade de educação alimentar para a correção dos hábitos alimentares do povo. Tais propostas apresentavam-se como intervencionistas, indicando a necessidade de ações de mobilização, visando atingir principalmente trabalhadores e escolares.

A educação alimentar interessaria a todos. Nesse sentido, o autor afirma que aos pobres seria necessário ensinar como usar adequadamente o seu orçamento, adquirir alimentos mais saudáveis por menores preços, evitar o desperdício e armazenar seus mantimentos. Para os ricos, a função era instruir sobre os malefícios dos grandes e desnecessários banquetes e da utilização excessiva de alguns gêneros. Assim, propunha que as medidas de educação alimentar comesçassem imediatamente

[...] pelos lares, pela própria cozinha, pelas escolas e colégios, pelas fábricas e pelos quartéis, através de conferências; cursos públicos de Ciência da Nutrição; imprensa; rádio; cinemas (exibindo filmes educativos sobre o assunto); cartazes sugestivos; exposições de higiene alimentar; refeitórios populares, nas fábricas, nas usinas e nas escolas; fiscalização dos refeitórios por médicos especialistas em alimentação; melhorando a merenda escolar; inspecionando, por especialistas, o regime alimentar, o horário e a distribuição das refeições nos internatos (Parahym, 1943, p. 30)

Na análise do problema alimentar do povo brasileiro apresentado nessa cartilha, também se nota a presença dos enfoques social, eugênico, higiênico e desenvolvimentista. Segundo o autor, para que os trabalhadores pudessem utilizar de forma adequada e proporcional a energia advinda dos alimentos no desempenho de suas funções, seria necessária uma padronização da alimentação, uma racionalização do comer.

Além do caráter preventivo associado à alimentação saudável, por meio do qual se protegeria o organismo das mazelas, tanto sociais quanto biológicas, à alimentação era atribuído um caráter terapêutico, já que, por meio de uma ração correta, seriam superadas as doenças e os sintomas patológicos.

Cartilha alimentar do homem rural, 1946

Essa obra de autoria de Rubens de Siqueira foi premiada no concurso de monografias promovido pelo Serviço de Informação Agrícola - SIA, em 1944. Sua primeira edição é datada de 1946 e a segunda, de 1959, quando se desenvolveu no país o sistema extensionista, a ser realizado por meio da cooperação entre vários órgãos do Ministério da Agricultura e a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural - ABCAR. A cartilha foi publicada e editada em cooperação com Serviço Social Rural do Ministério da Agricultura.

Na apresentação da cartilha, José A. Vieira, Diretor do SIA, esclarece que o objetivo da obra traduz também o objetivo do programa governamental do país naquele período, qual seja, o de melhorar as condições de vida da população rural. Segundo José A. Vieira, sua edição decorre da feição do assunto, bem como da procura e da aceitação popular.

A melhoria do padrão de vida das populações rurais é um dos objetivos máximos de qualquer programa governamental. Para alcançá-lo precisamos levar aos municípios, distritos e fazendas de todo o País, a educação formal e informal, em seu sentido mais amplo. Ao lado da orientação técnica, os agricultores e suas famílias necessitam, também, de conhecimentos sobre alimentação, higiene, saúde, enfim de economia doméstica e indústrias rurais caseiras. Como se sabe, uma boa alimentação favorece, em grande parte, o rendimento do trabalho, meta que devemos vencer para o fortalecimento da economia brasileira (Siqueira, 1946, p. 7).

Segundo Siqueira (1946), para o Brasil progredir era preciso melhorar o povo, torná-lo mais produtivo, forte, saudável, o que implicava considerar a alimentação adequada da população como fator essencial e emergencial para que se atingissem os objetivos desenvolvimentistas do país. Para isso, era necessário também que as famílias rurais se educassem e aprendessem a se alimentar racionalmente.

O autor apresenta noções gerais de alimentação para o homem do campo, considerando que, com sua ampla divulgação, o maior número de brasileiros moradores de zonas rurais tivesse acesso a tal conhecimento e atendesse à premente necessidade de desenvolvimento do país.

Afirma ele que a população rural brasileira comia mal não somente em virtude dos baixos salários que recebiam, mas também por não saber empregar racionalmente o seu dinheiro na compra de alimentos que lhe

fossem úteis. Concebendo a educação como a ‘principal arma’ para a correção desses erros, em oposição ao porquê científico, ele optou por abordar o assunto com indicações sobre o que se deveria comer, como se deveria fazer, o que se deveria evitar. Seu intuito era que o homem rural pudesse produzir mais, tivesse melhores condições de saúde e vivesse mais confortavelmente.

Siqueira (1946) priorizou o racional em lugar do cultural. Considerando que tratar das particularidades alimentares de cada região era um trabalho extenso e sem proveito, interessava-lhe ensinar as regras, as normas e os conselhos de uma alimentação simples, saudável e aplicável em qualquer região do país. Para o povo conseguir saúde e vitalidade, seriam necessárias uma boa alimentação baseada na escolha criteriosa dos alimentos e a formação de bons hábitos alimentares. De uma alimentação racional também dependeria a vivacidade, a alegria, a felicidade e a vontade de trabalhar melhor e de produzir mais.

A cozinha, segundo o autor, tem grande importância para uma alimentação saudável. Por isso, para a dona de casa, enfatizava a obrigatoriedade do conhecimento sobre arte culinária e preservação de alimentos. A higiene alimentar seria um meio indispensável de conservação da saúde da família. Ele defendia que, primeiramente, os alimentos deveriam garantir saúde familiar, para depois ser bem apresentados e ter um sabor agradável. Em síntese, atribuía, notadamente, prioridade à razão sobre o gosto.

Propunha ainda a desmistificação de certas crenças sobre alimentação e informava a população do campo sobre erros alimentares comuns. Finaliza sua cartilha com um decálogo dos conselhos que deveriam ser seguidos pelo homem rural para ter bons hábitos alimentares:

I – As refeições devem ser feitas, de preferência, a horas certas. II – A primeira refeição, denominada ‘café da manhã’, deve conter, além do café propriamente dito e do habitual pão com manteiga, alguma coisa mais: ovos, mingaus, frutas, e sempre leite. III – As refeições devem ser feitas num ambiente agradável, de bom humor sadio, evitando-se as discussões, brigas e companhias indesejáveis. IV – Mesa bem posta e boa apresentação dos pratos são coisas simples e higiênicas que toda dona de casa pode e deve ter esmero em fazer. Alguém, sábio de verdade, declarou certa vez que ‘se come com os olhos e, poder-se-ia dizer com a mesma exatidão, que se come com o olfato e também com os ouvidos, escutando-se, por exemplo, boa música’. V – A

alimentação deve ser sempre variada; não se deve comer ao jantar só alimentos iguais aos do almoço. VI – Uma boa alimentação é aquela que fornece, diariamente, ao organismo, em quantidades adequadas, leite, frutas, verduras, legumes, carne e cereais. VII – As bebidas que devem ser tomadas durante as refeições são o leite, os caldos e sucos de frutas; a cachaça, o vinho, a cerveja e o chope devem ser condenados, pois prejudicam o nosso organismo. VIII – As donas de casa, inteligentes, sabem organizar o seu orçamento doméstico e comprar os gêneros de acordo com as estações do ano, com os preços mais baratos do mercado e, principalmente, de acordo com as boas regras da alimentação. Cerca de metade do dinheiro destinado, todos os dias, para a compra de alimentos, deve ser gasto com a compra de gêneros frescos e essenciais: leite, frutas, carne, legumes e verduras. IX – Os seguintes preceitos devem ser obedecidos na cozinha: não descascar ou cortar vegetais ou frutas para deixá-los de lado por algum tempo; se possível, cozinhá-los inteiros e com cascas, usar a menor quantidade possível de água ao cozinhar vegetais; o cozimento deve ser bem rápido; não usar bicarbonato de sódio no preparo de alimentos; não picar ou esmagar vegetais frescos ou frutas e deixá-los de lado para servir mais tarde. X – Não esqueça que um brasileiro ilustre, um professor de Medicina, o Dr. Hélio Póvoa, escreveu, certa vez, com razão: ‘Quem come mal vive pior; morre cedo, cria filhos débeis, trabalha menos e adoce mais’. Aprenda, pois, homem que vive nos campos deste imenso Brasil, a comer bem, para ter saúde, trabalhar mais, criar filhos sadios e fortes e beneficiar o país (Siqueira, 1946, p. 119, grifo do autor).

Considerações finais

Com base na análise das cartilhas, pode-se afirmar que era consensual, entre os autores, o pressuposto de que educação alimentar e nutricional no Brasil somente teria resultados se fosse priorizado o aspecto utilitário em estreita ligação com uma política alimentar nacional. O problema alimentar do povo era considerado como um problema de Estado, estando imerso na dimensão política e no conhecimento produzido pelos intelectuais sobre alimentação e nutrição.

Os objetivos das intervenções em educação alimentar e nutricional, segundo essas cartilhas, seriam de três naturezas: 1) eugênica, atendendo à

necessidade de garantir a perfeita saúde do povo, prevenir doenças e robustecer o trabalhador; 2) social, visando reduzir as taxas de mortalidade e, concomitantemente, prolongar a expectativa de vida; 3) econômico e desenvolvimentista, garantindo a aptidão para o desenvolvimento do trabalho.

Tais publicações seriam reflexos dos objetivos de controle e intervenção do Estado, os quais eram aplicados metodologicamente com orientação pedagógica renovadora, com lampejos da pedagogia tradicional. O pressuposto predominante era o de aprender a fazer fazendo, ou aprender a comer comendo, o que demonstra proximidade aos princípios do escolanovismo presentes no debate educacional da época. Os discursos eram marcados por prescrições de conselhos, regras, normas e condutas, cujo objetivo era inculcar a todo custo, na população em geral, conhecimentos científicos sobre alimentação, legitimados pelo saber médico e racional. Ou seja, tais proposições foram elaboradas em afinidade com princípios da Escola Nova, porém indicavam práticas pedagógicas tradicionais.

As culturas ou vozes dos grupos minoritários e menos respaldados socialmente – sociólogos, agrônomos, antropólogos – ficaram silenciadas e ausentes dos textos, embora se afirmasse que o propósito seria atingir a grande massa populacional, notadamente, professores, estudantes e trabalhadores da cidade e do campo. Seria por meio desses discursos e de práticas consideradas legítimas de educação alimentar que se pretendia que os receptores se tornassem portadores de um saber que os colocaria na condição de indivíduos sadios, fortes, produtivos. Porém, esse seria um saber recebido de forma passiva, quase sempre distante das práticas alimentares da população em geral.

Pelo formato e pela organização das cartilhas, tentava-se prender os leitores em assuntos que, embora fossem metodologicamente apresentados, distanciavam-se da possibilidade de construção de significados pelos destinatários e de uma apropriação crítica e construtiva. Emerge, assim, o questionamento acerca do que teria sido apreendido pelos leitores e acerca da efetivação do propósito social e político desses instrumentos, mas isso extrapolaria os objetivos da pesquisa.

Predomina nessas obras a concepção fisiológica do alimento, em detrimento do enfoque cultural. Os alimentos seriam fornecedores de energia para o funcionamento do corpo, reparando perdas do organismo; abrangeriam o universo daquilo que pode ser ingerido para o crescimento e

o desenvolvimento biológico do indivíduo, o preenchimento de suas carências vitais, bem como de resistência, equilíbrio orgânico e regeneração biológica. O alimento seria um capital (Escudero, 1934), cujo rendimento dependeria de sua melhor utilização, o que remete a uma compreensão científica, racional, da utilização equilibrada de produção, transporte e consumo, bem como de satisfação biológica.

A educação alimentar e nutricional é considerada um meio prático e eficaz contra o flagelo das pessoas, da comunidade e do país. Seu fim seria a superação da ignorância da população sobre um assunto considerado de interesse básico, geral e permanente para a revalorização biológica e social do povo brasileiro.

A alimentação é concebida como ingestão de alimentos suficientes em energia para cada biótipo, com os objetivos de atender às necessidades energéticas básicas do indivíduo e do pleno desenvolvimento das atividades sociais. Para alimentar-se adequadamente, a população deveria considerar os custos para a manutenção de suas necessidades básicas e as quotas diárias recomendadas pelos médicos. Deveria ser regida pelos princípios da suficiência, harmonia, equilíbrio e racionalidade; ser exequível de acordo com a possibilidade de cada pessoa ou família; ser adequada aos horários, controladas a quantidade e a qualidade e compreendidas as exceções; ser específica, singular e personalizada segundo a condição de cada família ou indivíduo; ser aplicável em qualquer local do país, com a previsão de uma padronização mínima.

Nas cartilhas, são apresentadas as concepções de dieta, ração alimentar, alimentação e alimentação racional. Estas seriam os elementos preventivos e terapêuticos que protegeriam a população contra as mazelas sociais e biológicas e ajudariam no tratamento e na superação de patologias. Dessa forma, seriam fatores essenciais e emergenciais para os objetivos desenvolvimentistas do Estado.

A nutrição é compreendida como uma fase da alimentação, mais especificamente, a última etapa, na qual haveria o aproveitamento do alimento pelo organismo humano, sua utilização fisiológica no meio interno, nos tecidos e nas células.

Que recursos, regras e convenções são empregados pelos autores tendo em vista o entendimento e a apropriação dos conteúdos pelo público? Um dos principais recursos apresentados para alcançar as finalidades de educação alimentar e nutricional são as cartilhas,

concebidas como recursos didáticos difusores de conhecimento e de aplicação prática do saber em alimentação e nutrição. Porém, essa finalidade é questionável, tendo em vista o alto nível de analfabetismo da população brasileira da época, notadamente a do meio rural. Além das cartilhas, os autores indicam outros meios considerados importantes para a apropriação e a compreensão de tais conhecimentos, tais como: jornais, cartazes, cinema, melhoria da merenda escolar, criação de refeitórios populares.

As regras e convenções apresentadas nas cartilhas indicam que os autores oscilavam entre uma prática educativa próxima dos princípios da Escola Nova e a prescrição ou ação comum da pedagogia tradicional. Propunham eles que o povo aprendesse a se alimentar e ensinasse o que aprendeu; tal estratégia potencializaria a difusão desse saber e a efetivação das prescrições apresentadas nas cartilhas. Segundo eles, por meio da aprendizagem prática e das prescrições contidas nas cartilhas, a educação era o principal meio para resolver o problema alimentar no Brasil.

Botelho (1938), por exemplo, indica cursos de economia alimentar doméstica para as mulheres, bem como o ensino de noções elementares de nutrição nas escolas primárias e secundárias.

De acordo com Botelho (1938), Rangel (1938), Parahym (1943) e Siqueira (1946), o alimento teria papel eugênico, higiênico, social, econômico e desenvolvimentista, reconstituindo o biológico como fator de evolução social, melhorando as condições raciais, corrigindo os erros associados à alimentação, aumentando a resistência biológica, diminuindo a taxa de mortalidade infantil e aumentando progressivamente a média de vida da população geral. Isso levaria ao aumento do rendimento no trabalho e, conseqüentemente, ao progresso social e econômico do país.

As cartilhas, para os autores, funcionariam como instrumentos de ensino-aprendizagem, veículos de transmissão de conhecimentos, podendo ser consideradas ações estratégicas de constituição e legitimação do conhecimento em alimentação. Ao mesmo tempo, criariam representações favoráveis à indispensabilidade e à aplicação social desse saber.

Que condições seriam exigidas dos possíveis destinatários para que compreendessem as mensagens veiculadas nas cartilhas e as incorporassem à vida cotidiana? Os autores não expressam, de forma clara, os pré-requisitos necessários para a apreensão do saber que veiculavam e para que este fosse colocado em prática; ficava latente que bastaria saber ler, ter vontade e superar os supostos vícios alimentares. Ou seja, eles

desconsideravam os níveis cognitivo, linguístico e informacional dos destinatários das cartilhas, bem como as condições efetivas para que estes praticassem o que recomendavam.

Finalmente, pode-se afirmar que tais publicações foram produzidas e publicadas com o propósito de superar a má educação ou analfabetismo alimentar da população. Tiveram ainda a finalidade de difundir ideias e princípios científicos que orientariam os brasileiros a se alimentar de forma correta, resultando no progresso econômico e social do país. Ao mesmo tempo, representaram uma estratégia de difusão de um saber em emergência sob influência de ideias sociais, políticas e educacionais da época de sua produção.

Referências

- Bezerra, J. A. B. (2009). *A gênese do saber em alimentação e nutrição: emergência, divulgação e aplicação social* (Relatório de Estágio de Pós-Doutoramento em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- Bezerra, J. A. B. (2012). Educação alimentar e a constituição de trabalhadores fortes, robustos e produtivos: análise da produção científica em nutrição no Brasil, 1934-1941. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, 19(1), 157-179.
- Botelho, T. (1938). *Os pequenos fundamentos da boa alimentação*. Rio de Janeiro, RJ: Coleção SPES2.
- Bourdieu, P. (1998). *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil.
- Cagliari, L. C. (2010). *A cartilha e a leitura*. Acessado em: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_05_p021-026_c.pdf
- Castro, J. (1933). *O problema da alimentação no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Companhia editora Nacional.
- Castro, J. (1957). *Ensaio de geografia humana*. São Paulo, SP: Brasiliense.

- Coutinho, R. (1937). *Valor social da alimentação*. Rio de Janeiro, DF: Civilização Brasileira. (Coleção bibliotheca de divulgação científica, v. VIII).
- Costa, D. (1938). *Bases da alimentação racional, orientação para o brasileiro*. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 1938.
- Damatta, R. (1997). Sobre comidas e mulheres. In R.Coutinho. *O que faz o brasil, Brasil?* Rio de Janeiro, RJ: Rocco, p. 49-64, 1997.
- Dias, A. M. I., & Brandão, M. L. P. (1998). Descortinando o cenário: a segunda república... ou “A Era de Vargas” - 1930 a 1945. *Revista Educação em Debate*, 20(36), 25-41.
- Dietzch, M. J. M. (1990). “*Cartilhas: um mundo de personagens sem texto e sem história*”. *Cadernos de Pesquisa*, (75), 35-44.
- Escudero, P. (1934). *Alimentação*. Tradução Helion Póvoa e Waldemar Berardinelli. Rio de Janeiro, RJ: Scientifica.
- Freyre, G. (1936). *Casa-Grande & Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 1936.
- Freyre, G. (1936). *Sobrados e mocambos: decadência do patriarcado rural no Brasil*. São Paulo, SP: Nacional.
- Freitag, B., Mota, V. R., & Costa, W. F. (2010). *O estado da arte do livro didático no Brasil*. Acessado em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001994.pdf>
- Maciel, M. E. (2004). Uma cozinha brasileira. *Estudos históricos*, (33), 25-39.
- Moscoso, A. (1939). *Alimentação do trabalhador*. Rio de Janeiro, RJ: Indústria Tipográfica Italiana. (Coleção serviço de propaganda e educação sanitária - SPES, n. 6).
- Nagle, J. (2001). *Educação e sociedade na Primeira República*. Rio de Janeiro, RJ: DP&A.

- Parahym, O. (1943). *A.B.C. da alimentação*. Recife, PE: Oficinas Gráficas Jornal do Commercio.
- Rangel, M. (1938). *Cartilha alimentação no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Irmãos Di Giorgio & Cia.
- Santos, C. R. A. (2005). A alimentação e seu lugar na história: os tempos da memória gustativa. *História: Questões & Debates*, 1(42), 11-31.
- Siqueira, R. (1946). *Cartilha alimentar do homem rural*. Rio de Janeiro, RJ: SIA/MEC.
- Thompson, J. B. (1990). *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Vasconcelos, F. A. G. (2007). Tendências históricas dos estudos dietéticos no Brasil. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, 14(1), 197-219.

Submetido em: 29/08/2014

Aprovado em: 22/04/2016

Este é um artigo de acesso aberto, distribuído sob os termos da licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos, em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.

This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.